

Programa Temático: 2046-Oceanos, Zona Costeira e Antártica

OBJETIVO - 0564 - Garantir a presença brasileira na região Antártica, desenvolvendo pesquisa científica com a preservação do meio ambiente. (PROANTAR)

Caracterização:

A Antártica tem um papel essencial nos sistemas naturais globais, podendo ser considerada um regulador térmico do planeta, pois controla as circulações atmosféricas e oceânicas, influenciando o clima e as condições de vida na Terra. Com sua massa continental de mais de 14 milhões de km², é detentora de recursos naturais incalculáveis e das maiores reservas de água doce (80%) do mundo.

Nas últimas décadas, importantes observações científicas, entre elas, as relativas à redução da camada de ozônio da atmosfera, à poluição atmosférica e à desintegração parcial do gelo na periferia do continente, evidenciaram a sensibilidade da região austral às mudanças climáticas. A pesquisa científica nessa região é de indubitável importância para o entendimento do funcionamento do sistema Terra e para a preservação da própria vida.

A condição do Brasil de país atlântico, relativamente próximo da região antártica, e as influências dos fenômenos naturais que lá ocorrem sobre o território nacional justificam o interesse sobre aquele continente. Essas circunstâncias, além de motivações estratégicas e de ordem geopolítica, científica e econômica, foram determinantes para que o País aderisse ao Tratado da Antártica, em 1975.

Em decorrência, teve início o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), nos termos do Decreto nº 86.830, de 12 de janeiro de 1982, cujo gerenciamento compete à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), por meio de seu órgão executivo, a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). Em 1983, o Brasil foi elevado ao status de Parte Consultiva pela comprovação de “substancial atividade científica na região antártica”.

A Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR) tem o propósito de orientar a execução dos objetivos do Brasil na Antártica, a fim de cumprir os compromissos assumidos no âmbito do Tratado. A entrada do Brasil no chamado Sistema do Tratado da Antártica (STA) abriu à comunidade científica nacional a oportunidade de participar em atividades que, junto com a pesquisa do espaço e do fundo oceânico, constituem as últimas fronteiras do conhecimento.

Neste contexto, o PROANTAR estabelece como o Brasil participará das pesquisas naquele continente, sendo executado pela Subcomissão para o Programa Antártico Brasileiro, no âmbito da CIRM.

O Programa está organizado em sete subprogramas no campo científico (Ciências Físicas, Geociências e Ciências da Vida), tecnológico (Desenvolvimento Tecnológico) e de Apoio (Meio Ambiente, Logística e Educação, Treinamento e Sensibilização).

A SECIRM presta o apoio técnico-administrativo aos trabalhos da Subcomissão para o PROANTAR, coordenando suas atividades, executadas pelas diferentes instituições participantes. Além disso, planeja, coordena e acompanha os deslocamentos dos meios envolvidos na execução dos projetos na região e garante a logística para o funcionamento ininterrupto da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), no momento sendo reconstruída, bem como a manutenção dos navios, equipamentos e outros meios logísticos de apoio à pesquisa. Tem, também, a responsabilidade de preparar as informações rotineiras exigidas pelo STA, bem como efetuar os contatos de apoio, participação e colaboração com outros programas antárticos nacionais.

Cabe ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) a avaliação e o monitoramento dos impactos causados pelas atividades brasileiras na região, garantindo que sejam mínimos, atendendo ao compromisso assumido pelo Brasil ao ratificar Protocolo ao Tratado Antártico de Proteção do Meio Ambiente - Protocolo de Madri.

A ciência brasileira na Antártica é organizada pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e implementada por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. O Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - CONAPA, criado no âmbito do MCTI, tem a finalidade de propor diretrizes científicas para o PROANTAR. O caráter multidisciplinar e a integração de pesquisadores brasileiros, bem como a cooperação internacional vêm sendo fortemente estimulados, como prevê a Política Nacional de CT&I para a Antártica, aprovada em 2009 pelo CONAPA. Tal Política atende aos compromissos assumidos pelo País nos atos internacionais em que o Brasil participa, os quais estabelecem a moldura jurídica geral e orientam as ações dos países naquela região.

Os trabalhos de pesquisa e exploração sustentável da Antártica possuem valor científico ímpar e permitem a formação de recursos humanos especializados. Os estudos desenvolvidos nessa região são capazes de trazer novos conhecimentos ao mundo, contribuindo para as áreas da oceanografia, biologia, biologia marinha, glaciologia, geologia, meteorologia, entre outras.

No PPA 2016-2019 as seguintes metas mensuram as principais iniciativas relacionadas ao Objetivo de garantir a presença brasileira na região Antártica, desenvolvendo pesquisa científica com a preservação do meio ambiente.

- Apoiar a publicação de 100 artigos científicos indexados no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Resp. MCTI
- Apoiar a formação de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Resp. MCTI
- Manter a taxa de atendimento logístico de demanda de pesquisa em 60%. Resp. MD
- Reconstruir a Estação Antártica Comandante Ferraz conforme padrões de sustentabilidade ambiental aplicáveis à Antártica. Resp. MD
- Estabelecer normatização para conformidade ambiental das atividades brasileiras na Antártica. Resp. MMA